

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI DESPACHO Nº 107, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo FUNAI/0294/2010 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria da antropóloga Geórgia da Silva, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, bem como considerando a Decisão do Juízo Federal da Seção Judiciária do Pará, Subseção de Santarém exarada nos autos da Ação Civil Pública nº 2010.39.02.000249-0 decide:

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena MARÓ de ocupação dos grupos indígenas Borari e Arapium, localizada no município de Santarém, Estado do Pará.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MARÓ/PA

REFERÊNCIA: Processo FUNAI/BSB/294/10. Denominação: Terra Indígena Maró. Localização: Município de Santarém, Estado: Pará. Superfície aproximada: 42.373 hectares. Perímetro aproximado: 131 km. Povos indígenas: Borari e Arapium. Família Linguística: Língua Portuguesa. População: 239 pessoas (2008). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 775/PRES de 16/07/08 e complementado pela Portaria n.1155/PRES de 10/08/10 coordenado pela antropóloga Geórgia da Silva.

PARTE I- DADOS GERAIS

A Terra Indígena Maró tem ocupação tradicional permanente dos povos indígenas Borari e Arapium ligados por relações de parentesco e redes de reciprocidade. Consta no Sistema de Terras Indígenas da Diretoria de Proteção Territorial/Funai o nome Terra Indígena Rio Maró, contudo, a escolha dos Borari e Arapium para referenciarem-se a seu espaço de ocupação é somente Maró e, assim, definiram coletivamente pelo nome de Terra Indígena Maró em reunião durante o trabalho de campo do Grupo Técnico em 2008. O processo de reivindicação territorial e étnica dos Borari e Arapium data de 2000 (31/12/2000) com carta endereçada ao Ministério Público Federal assinada pelos indígenas da região do Baixo Tapajós.

Os Borari e os Arapium estão localizados nas comunidades de Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, na margem esquerda do rio Maró, afluente do rio Arapium, Gleba Nova Olinda I, em frente a Reserva Extrativista Tapajós-Arapium. É preterido o uso de comunidade em detrimento de aldeia por ser o modo como os Borari e Arapium determinam seus espaços de residência, compreendendo que comunidade também é referência a uma unidade sociopolítica para além da referência territorial. Os Borari e Arapium são falantes somente do português, tendo referência memorial e pequeno uso do *nheengatu* (língua derivada da família linguística Tupi) por um de seus membros. A região do Baixo Tapajós apresenta descrições de ocupação Tupi desde o século XVII, onde os Arapium e seus etnônimos são descritos como residentes primeiro na margem direita do rio Tapajós e em seguida na margem esquerda do rio Arapium.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a região foi marcada por frentes de expansão coloniais, epidemias e políticas indigenistas que causaram depopulação das sociedades indígenas, esmorecimento das práticas culturais e afrouxamento das redes sociais. A implantação do *nheengatu* como língua franca e posteriormente a língua portuguesa nos aldeamentos pluriétnicos ao longo do rio Tapajós e afluentes e a escravidão indígena para obtenção das chamadas drogas do sertão são exemplos das práticas que fomentaram mudanças nas territorialidades indígenas na Amazônia já no século XIX - que buscaram no interior dos rios possibilidades de manutenção de modos de vida frente às práticas integracionistas do estado nacional.

A idéia sobre deslocamentos é apresentada hoje como modelo para pensar o pertencimento regional dos Borari e Arapium e dar sentido a fixação territorial na área de ocupação permanente tradicional no rio Maró. As histórias de migração entre os grandes rios, Arapium, Tapajós e Inambu contam sobre a territorialidade extensa, os antepassados indígenas e as relações entre humanos e não humanos, onde o índice de pertencimento está no rio e não na terra, relação apontada pelos velhos (as) Borari e Arapium, enquanto as pequenas migrações, no próprio rio Maró e igarapés, como o Igarapé da Raposa e o Igarapé do Cachimbo, apresentam a fixação territorial relacionado ao conhecimento ambiental, as práticas produtivas, as relações de parentesco e a práxis xamânica, para falar sobre o pertencimento a área de ocupação permanente tradicional, a Terra Indígena Maró. Os Borari e Arapium além do casamento entre as famílias, intra e intercomunidades, mantêm práticas de reciprocidade para construir e firmar alianças. As expressões sociais utilizadas para as construção e manutenção de relações de afinidade são o *puxirum*, os eventos parturiais e o batismo de casa.

A partir do final do século XIX início do século XX que podemos

unir os dois sentidos de pertencimento, os rios e a terra tradicionalmente ocupada, através das narrativas das famílias Alves de Souza, Bagata e Costa, que contam sobre prática extrativista do látex, a Cabanagem, os casamentos por meio de puxiruns e as pequenas migrações promovidas por atuação permanente de seres socioespaciais. O território Borari e Arapium é povoado de seres socioespaciais que dotam de sentido o pertencimento social a determinados locais, como Igarapé da Raposa, Igarapé do Cachimbo, a cachoeira em frente à comunidade Cachoeira do Maró e o Beiju-Açu. Assim, a reprodução física e cultural desses povos depende da manutenção e preservação tanto de bens materiais quanto bens imateriais. Contudo, a terra, a Gleba Nova Olinda I, nas duas últimas décadas, sofre pressões da nova frente de expansão na Amazônia, a da indústria madeireira, que está incidindo sobre o território Borari e Arapium, tendo como possibilidade a perda de signos culturais fundamentais para os povos indígenas. Os Borari e os Arapium desde então lutam para garantir o acesso e uso coletivo do território, um modo radicalmente distinto da forma de uso e ocupação territorial vivenciada pelas comunidades ribeirinhas da Gleba Nova Olinda I.

Deve-se considerar então que os eventos ocorridos no Baixo Tapajós — fruto de uma realidade política integracionista também vivenciada em todo o território brasileiro— confluíram para a realidade das populações indígenas atuais. Durante quatro séculos os povos indígenas do Baixo Tapajós passaram por várias frentes de expansão, relações marginalizantes e obscurecimento das identidades indígenas. Somente com a Constituição de 1988, em que se reconhece um Estado pluriétnico e se asseguram os direitos aos povos indígenas é que as populações da Cachoeira do Maró, Novo Lugar e São José III, tiveram um contexto histórico mais favorável para desvelar suas narrativas de pertencimento e dar sentido a sua própria história.

PARTE II – HABITAÇÃO PERMANENTE

O território Borari e Arapium é pensado em três campos de ocupação permanente – as *colônias*, as *vilas* e a *mata*, espaços que estão em interação na cosmografia local. As *vilas* abrigam as residências de moradia permanente, a escola ou salas de aula, campo de futebol, igreja e barracões comunitários, ou seja, edificações de uso individual e coletivo e de caráter permanente. São nas *vilas* que os indígenas passam o maior tempo anual. As *colônias* são os espaços onde se concentram os roçados de maior extensão com ou sem construção residencial permanente e a *mata* é o local onde são extraídos os recursos madeireiros e não-madeireiros, são realizadas caça e pesca e, também, é morada dos seres socioespaciais que promovem um ordenamento sociocultural. As *vilas* estão localizadas de frente para o Rio Maró, próximas ou ao porto principal ou aos portos “particulares”, as vilas são espaços mais públicos em comparação às *colônias*, que têm acesso mais restrito e se encontram no interior do território de ocupação permanente.

A disposição e a estrutura das construções (casa, cozinha e casa de farinha) existentes nas *colônias* e nas *vilas* são semelhantes, diferenciando apenas quanto ao material das casas, que nas *colônias* geralmente são de palha e nas *vilas* são de madeira — geralmente de itaúba (*Mezilaurus* spp), considerada madeira de alta resistência, também utilizada para embarcações. As casas são cobertas por recursos não-madeireiros como o cipó-ambé (*Philodendron* sp) e o curuá (*Attalea microcarpa*), utilizando-se o cipó-titica (*Heteropsis* off. *Spruceana* Schott) para amarração. Todos esses recursos são retirados da *mata*. Friza-se que o cipó-titica, fundamental para as edificações indígenas, é somente encontrado nas mediações do na Resex Tapajós-Arapium ou no Igarapé do Cachimbo, apresentando assim uma importante justificativa para a presença do Igarapé do Cachimbo nos limites da Terra Indígena Maró.

As cozinhas estão dispostas ao lado das casas, sem paredes e com cobertura de palha, assemelhando-se aos jirais — denominação não utilizada pelos Arapium e Borari — de outras populações indígenas amazônicas. Não existem cozinhas internas nas casas, mas os dois espaços podem estar ligados por um corredor coberto. As casas de farinha, tanto das *vilas* quanto das *colônias*, dispõem de *casco* (local onde se coloca massa de mandioca para secar) de itaúba, chapa de metal ou de madeira para torrar a farinha, prensa e tipiti. Cada comunidade apresenta uma configuração espacial diferente. Novo Lugar tem as residências mais próximas umas as outras, Cachoeira do Maró apresenta uma dispersão equidistante, chegando a formar ruas e São José III tem uma maior dispersão territorial das residências. Entre as *vilas* e as *colônias*, ou ainda num espaço posterior ou sobreposto às *colônias*, tem a *mata*, — local de extração de espécies vegetais, cipós e madeira, coleta de frutas e caça. Os indígenas têm alta dependência alimentar e medicinal dos recursos da *mata*, com grande consumo de caça e de espécies medicinais não-cultivadas que a das chamadas *plantas de terreiro*, que são cultivadas perto das casas. É na *mata* que se encontra e reside grande parte dos *encantados*, os seres socioespaciais. Ela acolhe o *curupira*, os *pretos* e *encantados*, que podem ter características humanas e não-humanas, geralmente mamíferos

de grande porte, como a paca e o queixada. A *mata* também abriga as cabeceiras dos igarapés, que é o local de moradia de *encantados* e onde estão fincados os vínculos de alguns xamãs vivos e mortos, como o Igarapé da Raposa e o Igarapé do Cachimbo.

Ratifica-se que os Borari e Arapium possuem alta dependência dos recursos ambientais para garantia de sua segurança alimentar, por isso, fazem uso de um extenso território que possibilite atividades de caça, pesca, agricultura e coleta de recursos de madeireiros e não-madeireiros. O uso regular desse território tem sido afetado nas duas últimas décadas pela fixação de grandes produtores agrícolas e da indústria madeireira na região, que segundo as narrativas indígenas têm obstruído o curso de igarapés importantes do complexo hídrico de uso permanente, assim como tem impedido a circulação dos indígenas para realização de suas atividades de reprodução física e cultural.

Os corpos d’água são fundamentais na cosmografia Borari e Arapium e são garantidos na Terra Indígena Maró. No Igarapé do Cachimbo se encontram as maiores porções de *mata*, onde se mantêm a maior parte das espécies vegetais utilizadas para fins medicinais e também é o local onde residem os *encantados*. O Igarapé do Cachimbo, Igarapé do Arraia e Igarapé da Raposa são pontos de pesca, focos de caça e coleta de frutos e material vegetal para fins artesanais e medicinais. O Igarapé da Raposa, próximo a Novo Lugar, é intensamente utilizado pelos Borari, no entanto, sua cabeceira foi prejudicada pela ação dos madeireiros, segundo os indígenas, por meio do fechamento da cabeceira para transporte de madeiras retiradas dos PMF’s dos lotes permutados pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) por meio do Decreto Estadual n. 2.472 de 29 de setembro de 2006. Assim como o Cachimbo, o Igarapé da Raposa também suporta as noções cosmológicas dos Borari, cuja área é de propriedade de *encantados* e de um *sacaca*. Ao lado do Igarapé da Raposa, estão localizados os *campos de natureza*, lugares considerados sagrados e que não sofrem modificação humana. Já o Igarapé do Arraia, utilizado principalmente pelos moradores da Cachoeira do Maró e São José III tem seu uso concentrado para a pesca. Os Igarapés do Castanhal, Tirirical e Patauzal formam importante complexo hídrico que abastece o consumo da comunidade de Novo Lugar. Foram contabilizados 26 lagos de uso compartilhado com os moradores da Resex Tapajós-Arapium. É importante ressaltar que os indígenas são usuários da Unidade da Conservação, no entanto, não foram observadas ou relatadas disputas por recursos ambientais dentro da Unidade. Alguns espaços e lagos de uso compartilhado, como o Campo do Meri (desova de peixes e tracajá), Lafo do Meri (presença de piranha, acará-preto e tracajá), Campo da Raposa (tracajá), Lago da Raposa (tucunaré, pacu e piranha) e Lago do Espeto estão presentes na proposta de limites territoriais da Terra Indígena Maró.

PARTE III – ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os roçados são a principal atividade produtiva na TI Maró, onde é empregada a agricultura de coivara. A mandioca é a base alimentar e o gênero alimentar mais produzido pelos indígenas. Mantém-se ao menos uma roça de mandioca, embora boa parte dos indígenas mantenha uma roça madura (replanta), uma antiga e uma nova, além de um sem número de capoeiras, representando roças utilizadas em anos anteriores.

A escolha entre começar uma nova roça em uma capoeira ou em uma mata virgem passa por uma série de considerações. Para uma denominada de mata virgem é necessário o auxílio das relações de afinidade e a realização de *puxiruns* de derrubada. Essas roças tem cerca de dois a cinco hectares em Novo Lugar, enquanto nas outras comunidades possuem roças menores que variam entre dois e três hectares. O plantio de capoeiras é mais freqüente em comparação ao da mata e, uma das respostas para a escolha, é o tempo de colheita da mandioca inferior das capoeiras, de 09 meses, em comparação ao um ano e meio da colheita na mata. Devido à baixa fertilidade do solo onde se encontram hoje os roçados, fora das terras pretas, os indígenas têm que comprar gêneros alimentícios que anteriormente eram por eles cultivados, como arroz, feijão e cana-de-açúcar, gerando um aumento no custo de vida.

Os roçados são constituídos por bases de unidades familiares, realizados na maioria das vezes por meio do *puxirum*, principalmente as atividades de roçar, derrubar e plantar. Homens, mulheres e crianças participam das atividades no roçado. Aos homens são exclusivas aquelas relacionadas à derrubada e à coivara. As mulheres começam a intervir no roçado a partir do plantio e trabalham em todas as outras etapas. As crianças em geral participam das atividades que envolvem o fabrico da farinha e seus derivados, como a colheita e o descasque da mandioca.

Na *mata*, nas mediações dos maiores corpos d’água, encontram-se as frutas, as quais são coletadas em períodos específicos conforme a época reprodutiva das espécies. Como o consumo de vegetais, fora os tubérculos, ricos em carboidratos, não é comum entre os indígenas, as frutas coletadas na *mata* provavelmente constituem a principal fonte de vitaminas e fibras no local. Foram